

Dilemas de uma Agenda Global para a África Lusófona

Ilídio do Amaral

Geógrafo

Professor

Catedrático Jubilado
da Universidade
de Lisboa

Vice-Reitor e Reitor
da Universidade
de Lisboa

Membro Efectivo
da Academia
das Ciências
de Lisboa

Membro de Mérito
da Academia
Portuguesa da História

I

O tema “Agenda global para a África lusófona” sugeriu-me não apenas o tempo presente mas sobretudo o futuro e, nesse sentido, começo por recordar a definição de “desenvolvimento sustentável”, contida em *O nosso futuro comum*, documento mais conhecido por “Relatório Brundtland”, de 1987, que no acto de entrega ao Secretariado-Geral das Nações Unidas ostentava ainda o título de *A global agenda for change*.

Segundo essa fonte, o desenvolvimento sustentável é “aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas”. Numa carta de 20 de Março de 1987 a Senhora Gro Harlem Brundtland, que presidiu à Comissão elaboradora do Relatório que ficou com o seu nome, sublinhava a urgência de “um mandato de mudança”, onde ficasse bem claro que “o meio ambiente, onde todos vivemos, não existe como uma esfera separada das acções, ambições e necessidades humanas”, e que era imperativo encontrar os caminhos para um desenvolvimento sustentável global com renovação de soluções multilaterais e reestruturação do sistema económico internacional por via de cooperação balanceada.

A definição de desenvolvimento sustentável tem um sentido profundamente ético: a todos nós cumpre assumir o compromisso de que legaremos aos nossos vindouros o Planeta comum, em estado de ele os acolher bem-aventuradamente. Contém referências a três conceitos basilares: o de *necessidades humanas*, em particular as essenciais dos pobres do mundo, as quais merecem a maior prioridade; o da consciencialização do *respeito pelo nosso “lar comum”*, que é a Terra; e o do estabelecimento de *limites* na utilização dos bens da Natureza. Trinta e oito anos antes do Relatório Brundtland, em 1949 já o Mahatma Ghandi dizia, avisadamente: “a Terra tem o suficiente para todos. Mas somente o suficiente. Respeitemo-la”. Mas muito, muito, muito antes dele, nos primórdios



da Humanidade, segundo as palavras do Génesis bíblico, Deus, no acto de criar a terra, para receber os homens e os animais, disse: “que ela produza verdura - ervas com sementes, árvores frutíferas que dêem frutos conforme as suas espécies, e contendo sementes”. Eis a preocupação da garantia da reprodução benéfica e da justiça distributiva em todos os tempos. Os homens, porém, segundo o Apocalipse de Isaías, acabariam por profaná-la, porque “transgrediram as leis, violaram os mandamentos, romperam a aliança eterna”. E os erros foram-se avolumando pelos tempos fora.

Logo no início da bela *Carta da Terra*, de Março de 2000, está escrito que “o meio ambiente global, com os seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todos nós. A protecção da vitalidade, da diversidade e da beleza da Terra é um dever sagrado”. E os seus quatro princípios são enunciados do seguinte modo: respeitar e cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos; promover a justiça social e económica; e fortalecer a democracia, promover uma cultura de tolerância, de não-violência e de paz. Foi elaborada por diversas personalidades, entre as quais o ambientalista Maurice Strong, o político Mikhail Gorbachev e o teólogo da liberdade Genésio Darcy Boff, mais conhecido por Leonardo Boff.

O desenvolvimento sustentável, que também tem de ser equitativo, exige uma condição *sine qua non*: a Paz entre os homens. E isto está incluso nas matrizes dos inúmeros documentos que têm sido elaborados sobre o desenvolvimento económico e social e a conservação do meio ambiente, de que, por ora, cito apenas alguns dos mais emblemáticos: a Declaração de Estocolmo, de 1972, a primeira sobre os perigos da degradação e poluição ambientais; a Declaração do Rio e a Agenda 21 Global para o desenvolvimento sustentável, ambos de 1992, a Agenda, com as suas 4 secções (dimensões sociais e económicas; conservação e gestão dos recursos naturais; fortalecimento do papel dos parceiros principais, e meios de implementação de medidas fundamentais) e 40 capítulos, com revisões de Rio+5; a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Implementação, ambos de 2002, este com 11 capítulos e 170 parágrafos, cobrindo, exaustivamente, imensas áreas sociais e económicas, e as suas relações com o meio ambiente.

Na reunião de Joanesburgo (21.000 pessoas), o continente africano foi referido por diversas vezes e no ponto que encerra a Declaração final, o 37.º, pode-se ler o seguinte: deste continente, “berço da Humanidade, afirmamos solenemente aos povos do mundo e às gerações que, certamente, herdarão este Planeta, que estamos determinados a assegurar que seja realizada a nossa esperança colectiva do desenvolvimento sustentável”. Anunciava-se, deste modo, o que poderá ser considerado o caminho para uma cidadania mundial, com um sentido de responsabilidade universal. “Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de Nações diferentes e de um Mundo no qual as dimensões local e global estão interligadas”, assim regista a *Carta da Terra*.

Se a Agenda 21 do Rio de Janeiro e o Plano de Implementação de Joanesburgo são instrumentos de acção e medidas para serem adoptados local, nacional e globalmente, evoluindo “ao longo do tempo e à luz das necessidades e circunstâncias em constante mudança” transformacional, com a finalidade de promover a integração do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social e da protecção do ambiente, em contrapartida, na Declaração do Milénio, de Setembro de 2000, os seus oito Objectivos de Desenvolvimento são demasiado pragmáticos e de realização urgente.

Os Objectivos, desdobrados em 14 metas apoiadas em 48 indicadores ou índices de impacto propostos por especialistas de organismos internacionais da rede das Nações Unidas, incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, lançaram desafios ainda mais difíceis a todos os 189 países signatários, quer desenvolvidos, quer em vias de desenvolvimento. O prazo da sua execução terminará em 2015. Acordaram-se como Objectivos, a erradicação da pobreza extrema e da fome; a universalização do ensino primário; a promoção da igualdade de género e valorização e autonomia das mulheres; a redução da mortalidade infantil; a melhoria da saúde materna; o combate ao HIV / SIDA, à malária e a outras doenças; a garantia da sustentabilidade ambiental; e o estabelecimento de parceria global para o desenvolvimento.

A Agenda 21 e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com sintonia de propósitos, não são meros receituários mágicos para a resolução dos problemas ambientais e sociais. Implicam a participação democrática de representantes de organizações das Nações

Unidas, dos governos, das sociedades civis, dos sectores económicos e sociais, capazes de contratualizarem consensos necessários à construção de uma sustentabilidade ampliada e progressiva.

Defendem a premissa de que é no interior das sociedades que se deve encontrar a legitimidade para a mediação de conflitos e construção dos indispensáveis consensos para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento, que concilie a conservação do ambiente com o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações, redefinindo-se os padrões de consumo, da reestruturação do sistema produtivo e da base tecnológica, assim como a reorganização das relações sociais, de modo a construir um estilo de vida saudável e sustentável. Claro que a concretização dos dois programas admite alguma flexibilidade pelo reconhecimento da diversidade das potencialidades e vulnerabilidades de cada parceiro.

Recordo ainda, entre tantos e tantos mais documentos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Viena, 1993), a Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, a Carta sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, mais outros documentos saídos de reuniões internacionais promovidas também pela ONU, a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994), a de Beijing sobre a Mulher (1995), a Cimeira Social de Copenhaga (1995), a de Istambul sobre o *Habitat* (1996), a Declaração de Hanôver (2000) e a de Aalborg (2004) centradas em propostas para a sustentabilidade das cidades, a Conferência de Monterey sobre Financiamento do Desenvolvimento (2002), com revisão na de Qatar (2008), etc. Em anos mais recentes houve uma mudança visível de paradigma: dos temas “soft” (biodiversidade, Agenda 21, mudanças globais do clima) para questões mais “hard” (regulamentações do comércio e finanças, os *rounds* da OMC), às quais se junta o Relatório de Helsínquia sobre Globalização e Democracia (2005). Enfim, uma lista extremamente longa de documentos importantes, inter-relacionados, com a preocupação do estabelecimento de uma Nova Ordem assente em três elementos fundamentais de mudanças transformacionais: o sector público e o sector privado, o Estado e a sociedade civil, os mercados e as finanças. Sem o compromisso do relacionamento dinâmico entre eles, nas próximas décadas o resultado final correrá o risco de poder ser a extrapolação das condições agora existentes ou, no melhor dos casos, apenas uma pequena implementação.

Não podia deixar de fazer esta introdução, com a brevidade imposta pelo tempo reservado à minha intervenção neste Congresso, como forma de acordar nos espíritos os imensos desafios das transformações necessárias para fazer face aos problemas de tensões exacerbadas pela globalização moderna começada no século passado, à impulsão de coligações regionais deixadas em objectivos específicos e à situação única, jamais experimentada pelas muitas gerações que nos antecederam: o compromisso, tomado no presente, da escolha do futuro próximo, mas sobretudo o de não prejudicar os nossos sucessores em futuro mais afastado, e isto numa altura em que “o mundo”, cada vez mais interdependente e frágil, “caminha em direcção a uma catástrofe ecológica irreversível e inevitável” (*Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*).

As aporias do tempo, do presente, do passado e do futuro, já preocupavam Santo Agostinho no século I (por sinal nascido no norte de África, em Tagaste, na actual Argélia) nas suas *Confissões*. E depois de muito discutir consigo próprio, dirigiu-se a Deus: “Dizei-me Senhor, que é, pois o tempo?”, e acrescentou que “se ninguém me pergunta, eu sei: mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei”.

II

A realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio depende de uma sinergia intrínseca entre saúde, educação, igualdade de género, ambiente, redução da pobreza, cooperação internacional, capaz de gerar retornos elevados a investimentos simultâneos e de constituir a oportunidade de união de forças para inverter os padrões correntes de desigualdades a níveis local, nacional e global. Por isso mesmo a necessidade imperativa de começar pelos Planos de acção locais, como bases para a construção das Sínteses nacionais que, por sua vez, irão contribuir para as Agendas globais. “Pensar e agir, ao mesmo tempo, local e globalmente” é um *slogan* sedutor, mas de concretização muito difícil.

Em relação à África, e sobretudo no que se refere aos Países lusófonos, permito-me utilizar como base para algumas reflexões a excelente intervenção do Dr. José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, na II.ª Cimeira da União Europeia-África, que teve lugar em Lisboa, em Dezembro do ano passado. E passo a citar: “Cinquenta anos após as independências africanas, assistimos à

emergência de lideranças africanas prontas a assumirem plenamente as suas responsabilidades históricas e políticas, quais sejam as de conduzir o processo de transformação do Continente numa África moderna, competitiva e ao serviço da dignidade de todos os seus cidadãos”.

É, sem dúvida, uma declaração importante, feita por um membro conceituado da União Africana, instituição comunitária que, desde 11 de Julho de 2000 sucedeu à Organização da Unidade Africana, esta criada em 1963 sob o impulso do apelo veemente de Kwame Nkrumah, *Africa must unite!* que fez deflagrar a chama da libertação do continente da dominação colonial e propagar o ideal de pan-africanismo. Dizia Nkrumah que a independência do seu país, o Gana, anteriormente Costa do Ouro, não teria significado sem a libertação total da África. E esta era um sonho antigo expressado por muitos outros, africanos ou descendentes de africanos.

Cabe à União Africana impulsionar o desenvolvimento acelerado do continente se a África, no seu conjunto, quer mesmo sair da marginalização em que está enredada e tornar-se um bloco com peso político, económico e social no mundo globalizado, valendo-se dos seus imensos e ricos recursos ainda mal explorados, dos mercados ávidos de participação e competição comerciais e dos cerca de 800 milhões de habitantes.

Fala-se muito nas medidas de âmbito global, diga-se mundial, tomadas no exterior da África e menos nas que têm resultado de propostas endógenas, como serve de exemplo a Declaração de Karthoum, de 8 de Maio de 1988, já lá vão 20 anos, um documento longo e bem estruturado, que eu recorro tão a propósito neste mês dedicado ao Continente. Entre muitas coisas, nela se afirma, claramente, que ninguém salvará a África da marginalização se não forem os próprios africanos a fazê-lo. E as conclusões finais evidenciam a importância dada à “dimensão humana, como condição imprescindível para a recuperação económica” e a conservação do meio ambiente. Os signatários acordaram em que não apoiariam raciocínios económicos, não legitimariam medidas económicas, não aceitariam quaisquer programas de ajustamento estrutural ou de recuperação económica que fossem impostos de fora. Indicavam os pontos fundamentais para a reestruturação africana e o fim da marginalização económica do continente pelo neo-colonialismo e da vitimização pela

globalização, os dois sistemas que têm dominado a esfera internacional pós-colonial.

Volto à intervenção do Dr. José Maria Neves, que continuo a citar: “a boa governação, a regulação dos conflitos, a promoção e a defesa dos direitos humanos, o crescimento económico e a geração de empregos, o combate à pobreza e às desigualdades sociais, a preservação do ambiente, enfim, o desenvolvimento sustentável do Continente, são pontos assumidos da Agenda africana no início deste século XXI, /.../ da construção de uma África do conhecimento e da inovação”. E deu relevo ao facto da Agenda seguir os cânones da democracia liberal pois resultaria “da escolha dos cidadãos africanos, de uma sociedade civil que se afirma e de uma sociedade política cada vez mais consciente das suas responsabilidades na governação política, económica e social”.

Ao acrescentar que “a África deve assumir plenamente as suas responsabilidades”, repetia afinal o que ficara exarado na Declaração de Karthoum, sem que isso significasse a pretensão inconsequente de isolamento, pois que “os resultados procurados com a nova parceria” (referência à NEPAD, lançada em 2001) só seriam “atingidos com uma liderança africana forte e voltada para o desenvolvimento e para a paz”. E terminou a intervenção com a frase seguinte: “Seremos avaliados pelas gerações futuras em função dos resultados que formos capazes de produzir”.

Ora bem, na sua intervenção o Dr. José Maria Neves sintetizou, de maneira brilhante, alguns dos aspectos fundamentais para a construção de Agendas para os países lusófonos da África. Mais difícil será chegar a uma Agenda única, se os 40 capítulos da Agenda 21 e os 170 parágrafos do Plano de Implementação forem vistos com atenção e com o pensamento na realidade concreta, nas imensas dificuldades dos cinco países tão diferentes entre si: dois arquipelágicos e três continentais no espaço da lusofonia feito de descontinuidades e grandes diversidades geográficas. Podendo salientar-se a existência de características culturais semelhantes, como as de aspectos indelevelmente marcados pela presença e colonização portuguesa no decorrer de quinhentos anos, todavia, são muito mais fortes as bases geográficas, as especificidades dos processos históricos, da evolução política, económica e social, relevadas sobretudo nos trinta e três anos depois das independências.

Tudo isso está bem patenteado, por exemplo, nos documentos oficiais sobre o estado actual dos trabalhos da preparação dos relatórios de planos locais e nacionais gizados no âmbito dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e suas metas. Quando já decorreu a primeira metade do período de 2000 a 2015, somente Cabo Verde e Angola apresentaram Relatórios globais de Progresso de Acções. Os mais recentes, do meu conhecimento, estão referidos a 2005. Nos outros três países lusófonos ainda se processam os trâmites da discussão, da elaboração ou da difusão restrita de relatórios parcelares de alguns sectores.

Tendo em conta as diferenças reais de dimensões territoriais e de características ecológicas, populacionais, económicas, sociais e culturais, de Cabo Verde e de Angola, o relatório de Cabo Verde é, como seria de esperar, mais sucinto, em oito páginas, sem que isso signifique falta de rigor e de clareza. O país, arquipelágico, na faixa do Sahel, embora pequeno (10 ilhas e vários ilhéus, 4.033 km², cerca de 500 mil habitantes distribuídos desigualmente pelos pedaços insulares), pobre em recursos naturais, com índices de pobreza de 51% no meio rural e de 25% no urbano, todavia consegue estar no 102º lugar da lista do índice de desenvolvimento humano (IDH) de 177 países do mundo, o que lhe dá uma posição confortável na classe dos de desenvolvimento médio. Isto sugere muitas coisas positivas, das quais se destacam os factos de não ter havido guerras no seu interior e existir sabedoria na implementação dos oito pilares da boa governança de um Estado independente, mono-étnico, de democracia consolidada, com rotatividade partidária no governo: estimulação da consciência de cidadania participativa; respeito pela lei e previsibilidade da resolução de conflitos; transparência nas acções; receptividade ou satisfação atempada das necessidades dos cidadãos; mediação consensual; equidade e inclusividade sociais; eficácia e eficiência da utilização de recursos; e mecanismos claros de prestação de contas.

O Relatório de Angola, de um país enormíssimo, de 1,247 milhões de km², mas apenas cerca de 16 milhões de habitantes, consoante uma estimativa de 2005, distribuídos irregularmente por vários grupos étnicos, é um documento muito mais amplo, de 91 páginas, até porque profusamente ilustrado com gráficos, tabelas estatísticas, quadros de situação e fotografias a cores. Na sua elaboração teve o apoio do PNUD. Angola é um país muitíssimo rico

em recursos minerais, hidrográficos, florestais e agrários, tem uma grande diversidade de regiões ecológicas, é um grande produtor de petróleo (por ora o segundo da África Subsariana) e de diamantes (lugar cimeiro à escala mundial), neste momento apenas explorados em pequenas parcelas do vasto território. Todavia, por motivos bem conhecidos, de uma guerra civil cruel, demasiado devastadora, que só terminou em Abril de 2002, de experiências falhadas de sistema político totalitário, está no 162.º lugar do IDH, isto é, na cauda da classe dos países com desenvolvimento humano baixo (*Relatório de 2007/2008* do PNUD), o que significa, em contraste com as riquezas da natureza, o predomínio da pobreza humana e, ainda mais grave, o grande distanciamento entre uma minoria que enriquece à sombra do Partido no governo há mais de 33 anos, e uma maioria esmagadora de pobres, de que uma forte percentagem vive abaixo do limiar de pobreza. Segundo o *Relatório de Progresso 2005* dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, “em 2001 estimava-se que cerca de 68% da população angolana vivia abaixo da linha de pobreza (correspondente a 1,70 dólares americanos por dia), 26% dos quais em situação de extrema pobreza (com menos de 0,75 dólares por dia”. Julga-se que em 2015 essas percentagens possam estar reduzidas à metade, isto é, a 34 e 13, respectivamente.

Os Relatórios de Cabo Verde e de Angola assinalam dificuldades que entram o aprofundamento dos trabalhos a nível local, e daí a nível nacional, e é posta a questão de saber se será possível cumprir o prazo limite da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, isto é, 2015. Numa apreciação qualitativa, os resultados obtidos até 2005, arrumados em termos de fortes, razoáveis e fracos, pendem sempre para os segundos e terceiros, com maior frequência para os últimos.

Reproduzo, quase telegraficamente, algumas das dificuldades mais mencionadas nos dois Relatórios: condicionamentos geográficos importantes, muito maiores no pequeno país insular, tal como noutros semelhantes, postos em relevo na Agenda 21, depois desenvolvidos no capítulo VII, parágrafos 58 a 61 do Plano de Implementação de Joanesburgo, com base em recomendações de conferências anteriores, sobretudo as de Barbados (1994) e de Nova Iorque (1999); informações estatísticas oficiais de natureza precária (abundância de estimativas), muito mais em Angola do que em Cabo

Verde, e que não satisfazem todas as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; falta ou insuficiência de controlo das migrações internas; insuficiência de recursos humanos preparados para a recolha e tratamento das informações; fraqueza das capacidades dos serviços institucionais; custos financeiros e políticos da descentralização; carência de financiamentos para as operações implicadas nas metas dos oito Objectivos. E no que diz respeito a Angola, juntam-se as relacionadas com a extensão ainda recente da soberania e administração do Estado a todo o território nacional; a destruição generalizada das infra-estruturas de transportes, de ensino e de saúde pela guerra civil prolongada; a reinserção de cerca de 4,5 milhões de deslocados e de 200 mil ex-militares; a insegurança nos campos pelos perigos do rebentamento de minas espalhadas a esmo pelos dois contendores em guerra; a concentração excessiva de gente fugida dos campos nas cidades, particularmente em Luanda, a capital; as ingentes tarefas da reconstrução do país.

III.

É excelente a ideia deste Congresso, de reflexões em torno de uma Agenda global para a África Lusófona, mas que não se olvidem as imensas dificuldades espelhadas na precariedade dos planos locais e nacionais, ainda que algumas das recomendações da Agenda 21, do Plano de Implementação de 2002 e das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio já tenham sido inseridas nos Programas dos governos.

As dificuldades mais eminentes estão, sem dúvida alguma, nos domínios do mundo rural, do regime de terras, do uso e produtividade dos solos, da incidência de secas e cheias, da desertificação, das infra-estruturas, das redes comerciais, das desigualdades territoriais e populacionais, etc., tendo em conta que, em qualquer dos cinco países, muito embora seja irreversível e indesejável a acumulação excessiva de população dita urbana, a parte rural tem um lugar primordial; nela estão as manchas mais impressionantes de pobreza, de pobreza extrema, de doenças e de fome ou insuficiência alimentar.

Note-se que isto é generalizável a toda a África Subsariana. Tal foi a conclusão a que chegaram os membros da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, na sua reunião, de 5 a 16 deste

mês, ainda que baseados, principalmente, na análise dos relatórios de três países, Gana, Mali e África do Sul, os únicos que os tinham enviado até Dezembro de 2007. No mundo rural são dramáticas ou inexistentes as condições de acesso à água potável e sistemas de saneamento. Sobre o continuado incumprimento das metas 10 e 11 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a concretizar até 2015 (reduzir para metade a percentagem da população sem acesso a água potável e aumentar o número de pessoas com acesso a saneamento e a melhor serviço de saúde pública), diz tudo a frase que encerra o comunicado final da conferência da *African Civil Society, a Africasan+5* sobre Saúde e Higiene, realizada em Durban (África do Sul), entre 18 e 20 de Fevereiro deste ano: “*Water is life; Sanitation is dignity and health*”.

Como, apesar de tudo, quero continuar a ser optimista, faço votos para que, nas próximas décadas, se reformulem os sistemas sócio-político-económicos, no âmbito de democracias amadurecidas; que funcionem, sinergicamente e empenhadas na inovação, as comunidades, as autarquias locais e as autoridades centrais. Entretanto, parece possível começar a arrumar as ideias em alguns campos, tais como recursos naturais e a sua gestão; medidas de sustentabilidade nos campos e nas cidades, não separadamente mas em consonância; infra-estruturas físicas e integração regional; redução de desigualdades sociais e económicas; educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Naturalmente que os factores humanos são transversais a todos eles. Todavia, como o Estado (parcela territorial, população e actividades, dentro de limites fronteiriços) continuará a ser o quadro fundamental das múltiplas actuações dos diferentes actores, nesta era do conhecimento e da informação são urgentes as reflexões fundamentais sobre a sua redefinição, sobre os processos de consolidação das sociedades civis e os seus comportamentos, sobre as delimitações dos sectores público e privado, e sobre o relacionamento entre todos eles face aos fenómenos de regionalização, ou coligação de países, e da globalização, esta com efeitos mais universais, que não são apenas económicos mas também políticos, culturais e sociais.

Vou terminar este arrazoado de ideias, porque se impõe respeitar o tempo programado mais a pequena prorrogação que solicitei. Para me despedir de tão aprazível assembleia, formada,

certamente, por jovens de espírito, direi os dois últimos versos de *The Renascent Africa*, do nigeriano Nnamdi Azikiwe, um dos arautos do pan-africanismo, mas ao mesmo tempo defensor dos multiculturalismos nacionais e da democracia, e que foi o Primeiro Presidente da Nigéria independente. Lá, de onde está a sua alma, que ela perdoe as deficiências de tradução: “Abençoados os heróis e as heroínas da África que renasce, homens e mulheres com destino, porque nenhuma força, seja ela vigorosa ou subtil, os deterá do seu objectivo: a cristalização da nova África! Abençoados os jovens de espírito, porque deles será a herança de uma Nova Ordem”.